

PUBLICAÇÕES

LANÇAMENTO

Nova Lei de Licitações é tema central do Res Publica

Nesta sexta-feira, 25 de março, a Apeminas distribuirá aos seus associados, por e-mail, a 33ª edição do Res Publica, apresentando como destaque a nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, que já tem exigido e vai exigir ainda mais da Advocacia Pública a partir de abril de 2023.

Sancionada em 1º de abril de 2021, a Lei Federal nº [14.133/2021](#) chegou trazendo muitas inovações e desafios aos gestores públicos da União, estados e municípios, que têm apenas mais um ano de preparativos para a sua aplicação. Assim que essa fase de transição for superada, os procuradores do Estado terão ainda mais responsabilidade nas licitações e contratos administrativos, pois assumirão tanto as funções de assessoramento jurídico quanto as de controle.

Nessa edição, o Res Publica mantém a proposta de publicação de entrevistas com procuradores do Estado de Minas Gerais, e compartilha o conhecimento e as considerações de Eduardo Grossi Franco, assessor jurídico-chefe no Centro de Serviços Compartilhados (CSC) da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (Seplag), sobre a nova legislação. Além de elencar pontos fracos e fortes da norma, ele indica quais serão os maiores desafios para a Advocacia Pública.

Complementando essa abordagem, o advogado da União, Ronny Charles L. de Torres observa, em seu artigo, que esse novo panorama legal ensejará uma reformulação estratégica da Advocacia Pública, inclusive porque os pedidos de consultoria e assessoramento tendem a aumentar, até mesmo para tomada de decisões.



Imagem: Divulgação Apeminas

Reciprocidade – Diante da ampliação de competência dos procuradores do Estado na seara licitatória, a presidente da Apeminas, Célia Cunha Mello, chama atenção, na coluna Palavra da Diretoria, para a necessidade de a Advocacia-Geral do Estado (AGE-MG) disponibilizar estrutura física, tecnológica e de pessoal para que sejam assegurados meios e modos para o exercício das novas atribuições. Ainda na perspectiva de reciprocidade, ela aponta a necessidade de superação de pendências relativas à remuneração dos procuradores do Estado, que ainda “experimenta um tratamento supressor de direitos”.

Previdência - A edição apresenta também caminhos para o necessário planejamento previdenciário, com análise do procurador do Estado Marcelo Barroso Lima Brito de Campos, presidente do Conselho Deliberativo da Prevcom-MG. Ele observa que, para os associados da Apeminas, há duas boas opções no campo da previdência complementar: a Fundação de Previdência Complementar de Minas Gerais e a Jusprev (Previdência Associativa do Ministério Público, da Justiça Brasileira e dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil), com a qual a Apeminas, “em conquista histórica”, celebrou convênio.

Fechando a edição, o Res Publica traz matéria sobre mudanças ocorridas na OAB e Anape, a partir dos critérios de paridade de gênero e cotas raciais e, ainda, uma retrospectiva, com ações institucionais, produtos e serviços oferecidos pela Apeminas no último trimestre de 2021.

O Res Publica é distribuído aos seus associados por e-mail e impresso, sendo esta modalidade também destinada ao Mundo Oficial e imprensa. Todas as edições ficam disponíveis no site da Apeminas.



Foto: Google Images

Apeminas prestigia posse no Tribunal de Justiça Militar



Fotos: Divulgação TJMMG

Com o objetivo de fortalecimento das relações interinstitucionais, a presidente da Apeminas, Célia Cunha Mello, participou, na quinta-feira, dia 17/03, da sessão solene de posse da nova Diretoria do Tribunal de Justiça Militar de Minas Gerais para o biênio 2022/2023, realizada no Clube dos Oficiais da PMMG, em Belo Horizonte. Ela foi recebida pelo presidente empossado, o desembargador Rúbio Paulino Coelho, ao lado de autoridades e dirigentes de entidades de classe. O evento foi também uma oportunidade para reforçar os laços institucionais com o presidente da Adep-MG, Fernando Campelo Martelletto e com o presidente da Amagis, Luiz Carlos Rezende e Santos.



Presidente da Amagis recebe Célia Cunha Mello

O presidente da Amagis, Luiz Carlos Rezende e Santos, recebeu, na última terça-feira, 22 de março, a visita de cortesia da presidente da Apeminas, Célia Cunha Mello. O objetivo foi estreitar relações com a entidade, também integrante do Fomcate (Fórum Mineiro das Carreiras Típicas de Estado) visando ao avanço de pleitos comuns para as carreiras essenciais à justiça.

■ SORTEIO DE INSCRIÇÕES

I Congresso Internacional de Direito Tributário



A Apeminas sorteará cinco inscrições, na modalidade presencial, para o I Congresso Internacional de Direito Tributário – *Novos horizontes da tributação*, que o Instituto de Aplicação do Tributo (IAT) promove, no período de 4 a 6 de maio, no Teatro L'occitane, em Trancoso (BA). Os custos com transporte e hospedagem ficarão por conta do participante.

Os interessados em participar da promoção devem manifestar interesse até a próxima sexta-feira, dia 1 de abril, por e-mail (apeminas@apeminas.org.br) ou por WhatsApp (31) 9.9987.5331. No dia 4, segunda-feira, será feito o sorteio, com designação dos cinco beneficiados e cinco suplentes. Na terça-feira, dia 5, a Apeminas fará contato diretamente com os sorteados, que terão até o dia 8 de abril para confirmarem a presença, o que também deve ser feito por e-mail ou WhatsApp. Informações sobre o evento estarão disponíveis no site do IAT. Para seguir direto, clique [aqui](#).

Apeminas convoca seus associados para apoiar projetos



Foto: Jefferson Nery/Agência Senado

São muitos os desafios que os procuradores do Estado estão atravessando e, por isso, é preciso que a classe siga unida, em defesa de causas que sejam do seu interesse. Uma delas é a **Emenda nº 4** à PEC 63/2013, do senador Rogério Carvalho (PT/SE), em tramitação no Senado Federal, que tem o propósito de atribuir aos membros da Advocacia-Geral da União, das Procuradorias do Estado e do Distrito Federal, e das Defensorias Públicas, o mesmo tratamento conferido às demais funções essenciais à Justiça, notadamente em relação à parcela mensal de valorização por tempo de exercício profissional.

Como forma de apoiar essa emenda, a Apeminas enviou e-mail aos associados, no último dia 18 de março, solicitando que enviem mensagens aos senadores, na perspectiva de apoio à referida emenda. Junto, seguiu um arquivo, em word, com uma lista dos e-mails de todos os senadores, que podem ser copiados e transferidos para a área do destinatário, no campo para envio de e-mails. Da mesma maneira, em 11 de março, a Apeminas enviou mensagem aos seus associados, indicando apoio ao **Projeto de Lei Complementar nº 4/2022**, que altera a Lei Complementar nº 173, de maio de 2020.

Confira a sua caixa postal. Caso queira receber esses conteúdos novamente, basta fazer contato com a Apeminas pelo e-mail (apeminas@apeminas.org.br) ou por WhatsApp (31) 9.9987.5331.

■ LIVROS

Previdência dos Servidores Públicos

O procurador do Estado de Minas Gerais, Marcelo Barroso Lima Brito de Campos, está lançando duas obras, atualizadas, que são dedicadas aos servidores públicos.

Uma delas, pela Lujur, é o *Manual dos Servidores Públicos – Administrativo e Previdenciário*, que chega à segunda edição, com o objetivo de facilitar a compreensão dos agentes do Direito sobre os regimes da atividade e da inatividade funcional dos servidores públicos. Os temas foram atualizados e são tratados de forma simples e objetiva, reforçados com o entendimento da jurisprudência, especialmente do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça. Para saber mais, siga este [link](#).

O outro título é *Previdência dos Servidores Públicos - Regimes Próprio, Geral e Complementar*, que chega à 9ª edição pela Jurua Editora. A obra foi atualizada, com a Emenda Constitucional 103/2019, as leis infraconstitucionais e atos normativos. Além disso, houve renovação da jurisprudência, especialmente com as teses fixadas pelo STF em repercussão geral, e pelo STJ em recursos repetitivos. Para informações adicionais, clique [aqui](#).

